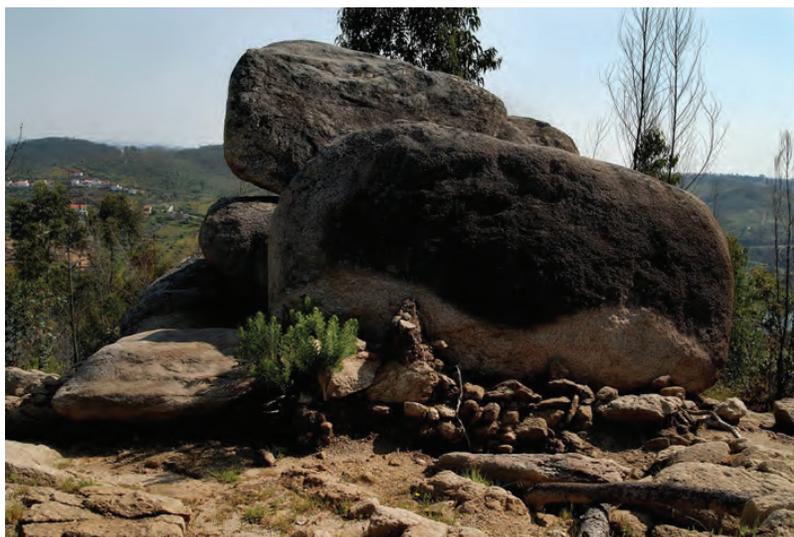


Megalitismo em Portugal

O megalitismo funerário é, antes de mais, um indício da crescente complexidade social: os grupos humanos, na sua estratégia de ocupação da terra, vão sentindo a necessidade de legitimar interesses de controle colectivo exclusivo contraditórios, e fazem-no com recurso à configuração de redes de parentesco que se projectam em linhagens e se estruturam em torno dos mortos.



Monumento 5 da Jogada (Abrantes) – monumento natural antropizado no VI milénio a. C.

Uma das expressões arquitectónicas que marcam o território português, cedo reconhecida, é o megalitismo. Esta designação, que remete para a noção de “construções funerárias com grandes pedras”, engloba no entanto realidades muito distintas, pela sua natureza, função específica e cronologia: grandes pedras levantadas (menhirs); espaços circulares ou ovalados delimitados por grandes pedras levantadas (cromeleques); câmaras funerárias formadas por grandes pedras levantadas (esteios) e cobertas por grandes lajes, com ou sem corredor (antas ou dolmens); câmaras similares às anteriores mas construídas com blocos de pedra menores e com coberturas em falsa cúpula (tholoi); pequenas cistas definidas por lajes de pedra e até grutas escavadas na rocha que se assemelham às construções em falsa cúpula;

tumulações colectivas em gruta que mimetizam as tumulações em antas; ou ainda monumentos naturais posteriormente utilizados como local funerário.

O megalitismo, que chegou a ser considerado expressão de uma “cultura”, é um fenómeno que se inicia no nosso território na segunda metade do VI milénio a. C. e perdura, com novas construções, reconstruções e re-ocupações, até aos inícios do II milénio a. C.. Atravessa, assim, um largo lapso temporal, durante o qual a paisagem e a sociedade se transformaram profundamente, com a progressiva implantação de um modo de produção agro-pastoril e, depois, com os primórdios da metalurgia do cobre e bronze.

Não se pode, pois, falar de “uma cultura”, mas tão pouco se pode negar o “ar de família” destas construções e,

o que é talvez mais relevante, o facto de que à medida em que iam sendo erguidas, as anteriores permaneciam visíveis (e, portanto parte da paisagem) para as gerações sucessivas.

Os monumentos megalíticos distribuem-se por quase todo o território português: as terras altas para Norte do Douro, as Beiras, o Alentejo e as faixas costeiras. Ocupam implantações topográficas muito diversificadas, mas que recorrentemente parecem reflectir um conhecimento aprofundado das propriedades de certos tipos de rochas (os granitos, os gneiss, os calcários...).

No Alentejo e, provavelmente, no Algarve, os primeiros menhires e cromeleques são datáveis do Neolítico antigo, ou seja, correspondem às primeiras comunidades de economia mista que praticavam a domesticação de animais e, provavelmente, uma agricultura incipiente ainda. Este primeiro megalitismo ainda não é funerário, podendo interpretar-se como sendo um conjunto de marcadores simbólicos de um território em mudança. Com efeito, os grupos humanos que povoavam o actual território português no Holoceno, até ao VI milénio, haviam desenvolvido bem sucedidas estratégias de adaptação às modificações ambientais, orientadas para a caça de fauna de pequeno porte, para a colecta de moluscos nos estuários dos grandes rios ou para a recolha de plantas e frutos. Uma possível oscilação nas condições ambientais (indiciada em estudos desenvolvidos no vale do Tejo e reconhecida noutras regiões da Europa), acompanhada pela degradação da cobertura vegetal (e rarefação da fauna associada) e conjugada com



Anta 1 de Val da Laje (Tomar) – monumento megalítico construído nos inícios do V milénio a. C.



Anta da Foz do Rio Frio (Mação) – monumento megalítico construído em finais do V milénio a. C.

a chegada à Península de pequenos grupos de viajantes conhecedores das técnicas de produção agro-pastoril, permitiram a introdução destas últimas no mosaico de estratégias utilizadas. Esta introdução, no entanto, veio criar novas tensões potenciais, pois o seu sucesso implicava a modificação das condições territoriais para a continuidade das estratégias de caça e recolha: a futura desflorestação, em prol da criação de terrenos de cultivo e de pasto.

Tratou-se de um processo lento, desigual nos ritmos e formas de implantação, mas globalmente articulado nas várias regiões. As sociedades que se estruturavam em função dos ciclos de vida e migração das espécies predadas, passam a estruturar-se em função dos ciclos de produtividade da terra, sendo este o novo referencial estruturante da sua concepção do mundo. O megalitismo (como aliás a arte rupestre que lhe é coeva) deve compreender-se neste quadro, como uma estratégia de marcação do território que valoriza a terra (e já não apenas dos seus produtos naturais) e o controlo territorial (e já não apenas dos ciclos de vida que nela se apoiam).

É a partir de meados do V milénio que o megalitismo funerário irrom-

pe, no Alentejo e no Alto Ribatejo (vales do Tejo e do Zêzere), mas também no Norte de Portugal, nas Beiras e no Algarve. O megalitismo funerário é, antes de mais, um indício da crescente complexidade social: os grupos humanos, na sua estratégia de ocupação da terra, vão sentindo a necessidade de legitimar interesses de controlo colectivo exclusivo contraditórios, e fazem-no com recurso à configuração de redes de parentesco que se projectam em linhagens e se estruturam em torno dos mortos. O investimento desta primeira arquitectura, essencialmente em construções “para os mortos”, exprime, assim, uma etapa decisiva da consolidação do modo de produção agro-pastoril e da paisagem rural: o campo cultivado, antropizado, percorrido por animais domesticados (ou seja, de alguma forma antropizados também), é tutelado pela memória dos mortos.

Este processo de construir “casas para os mortos” como meio de conferir “poder aos vivos” é, também, um processo com profundas implicações nos mecanismos de organização social. Tal como a própria agricultura, a construção destes monumentos implicava o dispêndio de uma força de trabalho considerável, impondo a coordenação de acções de grupos

alargados de indivíduos, em certos casos (em monumentos mais complexos) provavelmente provenientes de povoados distintos. Desta forma, por um lado eram consolidadas as redes de intercâmbio entre tais povoados, e por outro eram implementados procedimentos de diferenciação funcional e, progressivamente, social, dos participantes em tais acções de construção colectiva (que implicavam cadeias de comando e, a prazo, conduzem à diferenciação no acesso aos próprios monumentos).

No IV milénio, o megalitismo estende-se a zonas anteriormente ainda não ocupadas, como a Estremadura, já na transição para o modo produtivo agro-metalúrgico. Mas, no IV milénio o foco da actividade arquitectónica já não é o megalitismo (que ainda perduraria por muito tempo) e sim a arquitectura perene dos povoados, expressão da consolidação das sociedades agro-pastoris, agora já orientadas para a afirmação da posse colectiva (mais do que apenas da tutela) dos seus territórios. 

LUIZ OOSTERBEEK,
Instituto Politécnico de Tomar,
Grupo “Quaternário e Pré-Histórica” do
Centro de Geociências (uID73 - FCT)
loost@ipt.pt